



Prefeitura Municipal de Cantagalo

ESTADO DO PARANÁ



LEI 605/2006

| |
|---------------------------|
| PUBLICADO |
| Em 19/05/06 |
| Jornal Correio do Povo P2 |
| Resp. [Signature] |

SÚMULA: AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S/A, operação de crédito até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Parágrafo Único - O valor da operação de crédito está condicionado a obtenção pela municipalidade, de autorização para sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao Endividamento Público através de Resoluções emanadas do Senado Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art 2º - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art 3º - Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na execução dos seguintes Projetos:

| | |
|--|----------------|
| 1 – Elaboração do Plano Diretor | R\$ 50.000,00 |
| 2 – Construção de 03 Barracões Industriais | R\$ 291.000,00 |
| 3 – Construção Escola na Vila Maria Augusta 344.40m2 | R\$ 234.000,00 |
| 4 – Construção posto de saúde Vila Caçula 107.76m2 | R\$ 103.000,00 |
| 5 – 4000m2 Pavimentação Poliedrica | R\$ 90.000,00 |
| 6 – Iluminação pública | R\$ 32.000,00 |

TOTAL R\$ 800.000,00

Parágrafo único: os barracões industriais os quais se refere este artigo, somente poderão ser construídos no perímetro urbano.





Prefeitura Municipal de Cantagalo

ESTADO DO PARANÁ



Art 4º - Em garantia das operações de credito, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder à Agencia de Fomento do Paraná S/A., parcelas da cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art 5º - Para Garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Chefe do Executivo poderá outorgar à Agencia de Fomento do Paraná S/A., mandato pleno, para receber e dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.

Art 6º - O prazo e forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Executivo com a entidade financiadora.

Art 7º - Anualmente, a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação das operações de credito, o orçamento do Município consignara dotações próprias para amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

Art 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada A LEI Nº 565/2005 de 28 de junho de 2005.

Gabinete do Prefeito do Município de Cantagalo, em 10 de Maio
de 2006.


PEDRO CLARISSMUNDO BORELLI
Prefeito Municipal



CONVÉNIO DE 19 A 23 MAIO DE 2006

DO PÓVOA DO PARANÁ

Art. 8º. O prazo de validade do pagamento da prestação é de 120 dias contados a partir da data da emissão da fatura, salvo indicação contrária na respectiva fatura.

Art. 9º. A vencimento da prestação, o fornecedor poderá reter a quantia devida, se não tiver sido paga a menor parte da mesma, ou se a menor parte da mesma não tiver sido paga dentro do prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 26290, de 26 de junho de 2005.

Conforme Welter, ainda na da Comissão de Agricultores, Out- aprovação da em-

PUBLICATION LEGAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

REVISTAS 766-768
SALVADOR ALVAREZ Y CARMELO RIBA
AÑO XXXIX, NÚMERO 1, MARZO 2006
REVISTA DE FILOSOFÍA
DE LA UNAM
Art. 1º. A. Inocente de la Torre y M. A. VILLALBA, para la revisión en parte de la *Encyclopédie* de Diderot y d'Alembert.
Art. 2º. J. E. LÓPEZ VIGÓN, la idea de una cultura universal. (1) (Actas de la XXXI Congreso de filosofía).
Art. 3º. J. G. SÁNCHEZ, La ética del amor. (2)

PERENCANAAN DAN PEMERINTAHAN DAERAH
PUSAT KARANGANDE
PUSAT MUSLIM

11737 - Novecento. Una volta nato nel 1901, il giornalino di famiglia di Umberto I, "L'Indiano", è oggi unico esemplare sopravvissuto. Il suo titolo è stato scelto da Umberto I perché la parola "indiano" era allora molto diffusa in Italia, mentre il termine "indiano" in Francia era invece stato adottato leggermente diversamente.

11738 - *Il primo giornalino di Umberto I, scritto a Pavia e pubblicato a Genova nel 1901, è il più antico esemplare sopravvissuto.*

11739 - *Al di là del suo valore storico, il giornalino di Umberto I è anche un prezioso documento di storia culturale, specie per l'importanza di cui i libri che vi sono menzionati hanno avuto.*

11740 - *Per questo il giornalino di Umberto I è stato inserito nel Progetto "I documenti della storia italiana".*

MANTENIMIENTO DE LOS SISTEMAS DE INSUMOS
MATERIALES Y EQUIPO

DATUM: ocho de noviembre de 1903. **LUGAR:** Oficina del Gobernador Militar de Potosí. **MATERIAL:** 12 hojas de 24 x 34 cm. y un cuaderno de 12 x 18 cm.

L'edizione del *Declaratio Monachorum* di Tommaso da Vincigliata (Città della Pieve, 2008).

Conforme Weller, ainda na da Co